

JE

Jornal dos Economistas

Nº 338 Outubro de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Cem anos da Revolução Russa

No centenário da revolução, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Gilberto Maringoni, Carlos Pinkusfeld Bastos, Numa Mazat e Paulo Nakatani discutem as experiências socialistas e se há espaço para um sistema alternativo ao capitalismo no século XXI.



Fórum Popular do Orçamento destrincha as mudanças no cálculo do IPTU

Há espaço para o socialismo no século XXI?

No centenário da Revolução Russa, esta edição analisa as experiências socialistas neste período de cem anos e discute se há espaço para um sistema alternativo ao capitalismo no século XXI.

O bloco temático começa com entrevista com o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da UFRJ, que analisa as principais experiências de socialismo, em diferentes formas, na URSS, China, Cuba e países escandinavos, além das tentativas em países da América do Sul, como Venezuela e Bolívia. As experiências foram incompetentes para dar respostas adequadas ao grande projeto almejado, mas não só há espaço para o socialismo como não há alternativa civilizatória a ele.

Gilberto Maringoni, da Universidade Federal do ABC, faz uma retrospectiva histórica da Revolução Russa, da URSS e da esquerda mundial pós Guerra Fria e avalia a chamada revolução bolivariana e os Estados que atualmente se denominam socialistas para responder a pergunta de se ainda existem condições para a superação do capitalismo.

Carlos Pinkusfeld Bastos e Numa Mazat, do IE/UFRJ, defendem que é a esquerda que tem condições de oferecer uma alternativa concreta a um estado de mal-estar social generalizado, mas precisa antes fazer uma profunda autocrítica.

Paulo Nakatani, da Universidade Federal do Espírito Santo, analisa as experiências na China e em Cuba. É um equívoco pensar que, com a vitória da revolução, se produziria uma transformação imediata do modo de produção e o advento do socialismo. Cuba e China ainda estão em um longo processo de transição para o socialismo ou comunismo.

Fora do bloco temático, o artigo do Fórum destrincha as mudanças no cálculo do IPTU. O texto elogia parte das atualizações, mas lamenta que as mudanças impactem principalmente as famílias detentoras dos imóveis menos valiosos.

Entrevista: Francisco Carlos Teixeira da Silva.....3

O reino da mercadoria
não é o reino da felicidade

Socialismo no século XXI?.....5

Gilberto Maringoni

Um século depois,
para onde vamos?

Socialismo no século XXI?.....8

Carlos Pinkusfeld Bastos

e *Numa Mazat*

O que fazer?

Socialismo no século XXI?..... 11

Paulo Nakatani

China e Cuba na transição
ao socialismo

Socialismo no século XXI?..... 14

“Não há direitos para o pobre.
Ao rico tudo é permitido.”

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

O reino da mercadoria não é o reino da felicidade

Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da UFRJ, o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva é autor de *O Cinema vai à Guerra* (Elsevier, 2015) e *Enciclopédia de Conflitos e das Guerras* (Elsevier, 2016). Nesta entrevista, analisa as principais experiências de socialismo dos últimos 100 anos.

P: Há espaço para o socialismo no século XXI? De que forma ele seria viável?

R: Não só há espaço para o socialismo como não há alternativa civilizatória a ele. Eu não falo de alternativas de crescimento econômico ou de produção, de lucro e de sucesso econômico. Estou falando de um projeto civilizatório.

O socialismo deve ser tratado sempre no plural enquanto experiência histórica. Ninguém tem o monopólio da experiência socialista ou de um projeto socialista. Mesmo no século XIX, ele já se apresentava sob formas extremamente variáveis. Os socialismos que foram colocados em prática – algumas formas de social democracia, socialismo de estado, cooperativista e de gestão, de comunismo etc. – se mostraram todas, sem exceção, insuficientes, incapazes, incompetentes para dar respostas adequadas ao grande projeto que se queria de civilização, igualdade e justiça. Mais do que isso: algumas levaram ao desastre.

Tivemos alguns momentos positivos. A primeira experiência socialista na Rússia implantada por Lênin até mais ou menos 1924 ou 1925 foi capaz de tirar o país da guerra e de um quadro de miséria e fome e levá-lo a uma situação de

restauração das condições iniciais. Isso foi mudado em seguida pela experiência stalinista. Refiro-me também à grande capacidade de recuperação logo depois da Revolução Chinesa, em 1949; às experiências falhadas, mas muito brilhantes e cheias de expectativas na Tchecoslováquia, em 1968, na Primavera de Praga, e de Allende no Chile, que foram bombardeadas externamente, de um lado pela União Soviética e do outro pelos EUA.

Temos que perder as esperanças em relação àquilo que deu errado. Eu me refiro a parar de fantasiar, por exemplo, com o estado de bem-estar social como foi praticado na Escandinávia.

P: Como você avalia a experiência escandinava?

R: É outro importante socialismo. Aquilo que foi praticado lá estava ligado ao período da Guerra Fria, para construir um Estado distributivo que pudesse ser contraposto ao comunismo, que servisse de dique de contenção aos movimentos sociais através de uma economia distributiva. Quando acaba a Guerra Fria, aquilo começa a se deslocar. A gente vê hoje na Escandinávia regimes de direita extremamente conservadores, com forte viés racista, exclusivista, inclusive com movi-



mentos neonazistas de um porte capaz de gerar figuras como Anders Breivik e o movimento de terror na Noruega, culminando na matança de socialdemocratas em Oslo.

P: Mas do ponto de vista de padrão de vida, IDH e níveis de pobreza muito baixos, continua sendo uma experiência muito bem-sucedida. Você não consideraria uma experiência positiva de social democracia?

R: O padrão de vida é um sucesso. Morei muito tempo na Alemanha e dei aula na Noruega. Eu perguntaria se aquelas pessoas estão felizes. Se a gente acompanha o ciclo de Bergman e a nova literatura policial de Stieg Larsson, o que se vê é uma sociedade depressiva, tudo isso recoberto por uma oferta de bem-estar material muito grande.

P: O bem-estar material leva necessariamente à felicidade?

R: O contrário não é verdade, mas o afirmativo também não é.

P: No Brasil, durante muito tempo se falou que os brasileiros, mesmo enfrentando muitas difi-

culdades econômicas, são otimistas e demonstram estar felizes, mesmo eufóricos...

R: Eu tenho certeza de que com fome ninguém é feliz. O patamar básico da fome, sofrimento físico, da doença tem que ser vencido. Agora, a abundância de mercadoria não traz felicidade para ninguém. O reino da mercadoria não é o reino da felicidade.

P: Como você avalia a chamada experiência de socialismo de mercado da China?

R: Eu estive na China. É muito difícil ter uma compreensão do processo chinês. Há a barreira do idioma. A China tem uma grande diversidade de formas econômicas coexistindo, desde empresas que têm uma forma de gestão inteiramente privada até empresas estatais, cooperativas, empresas mistas etc. Já consegui assegurar crescimento econômico e prosperidade material para um conjunto de pessoas. É a China mais próspera de toda a história. A China recuperou a dignidade enquanto nação. Isso é um sucesso que ninguém vai tirar do Partido

Comunista Chinês. Agora, que esse partido seja comunista, aí vai uma distância muito grande. Pelo que eu pude ver, ler, entender, o Partido é uma grande, brilhante e bem-formada elite de burocratas, engenheiros, técnicos e militares que são, acima de tudo, movidos por uma grande ideologia nacional, um grande nacionalismo que move e une esses homens, que entenderam que a questão nacional é superior à questão democrática e popular.

Talvez seja primário distinguir entre questão nacional e questão democrática; talvez seja impossível resolver a questão popular se você não tem soberania, e isso é uma lição hoje, para nós, no Brasil, mas sem dúvida nenhuma eles são, acima de tudo, homens com um projeto de soberania nacional, antes de ter um projeto popular, no sentido de dar voz e expectativa ao que seja um projeto de felicidade e bem-viver.

Isso é diferente de quanto, por exemplo, Garcia Linera ou outros bolivianos falam no socialismo do bem-viver, na questão do bem-viver. Existe outra proposta de um socialismo em que a noção do bem-viver predomina, e isso é outra vertente.

P: O que você acha da experiência do chamado bolivarianismo aqui na América do Sul?

R: Eu publiquei dois livros sobre isso e estive várias vezes na Bolívia, Peru, Equador e Venezuela. A primeira coisa é que não existe esse bolivarianismo. Isso é uma invenção da mídia rejeitada pelos possíveis atores principais. O Comandante Chávez sempre falava em socialismo do século XXI. Para mim, pessoalmente, ele dizia “*la democracia em la calle, gobierno en la calle*”. Evo Morales recusa o ter-

mo bolivarianismo. Para ele, Bolívar era a última manifestação da dominação branca, *criolla*, opressiva sobre a população da Bolívia. Não havia e não há heróis brancos para o socialismo boliviano. Ele inclusive dizia que a alegria dele seria o dia que a Bolívia cresceria como país e que pudesse se unir ao Peru e o Equador como o antigo império Inca. É muito mais complicado do que a mídia brasileira normalmente fala. Evo me falava que não estudou socialismo, ele vivia o socialismo na aldeia onde ele nasceu, com as pessoas trabalhando juntas, dividindo tarefas juntas, tratando a mãe terra com o respeito que ela merece. Só muito depois ele soube que existira uma pessoa chamada Karl Marx. O socialismo era o modo de vida natural das Américas pré-colombianas.

P: Essas experiências que aconteceram ao mesmo tempo na Bolívia, Venezuela, Equador, de certa forma Argentina e Uruguai, a gente pode chamar de experiências com um viés socialistas?

R: Se for juntar tudo, eu não diria que é socialismo. A experiência brasileira com o PT nunca foi socialista. A direita adoraria que pudesse ter sido, mas não foi. Foi o projeto mais redistributivo da história do Brasil.

No caso do Uruguai, me parece que foi um projeto acima de tudo democrático. Nos outros países sim, e isso perdurou onde havia uma base social. Nos demais, não teve enraizamento. As pessoas no Brasil não entendem que qualquer coisa que tenha melhorado em suas vidas derive da ação de um governo, partido ou programa político. Ao contrário, na China, entendem que o Partido foi o grande responsável pela melhoria de suas vidas.

P: Como você avalia a experiência com Chávez na Venezuela e o momento atual?

R: Na Venezuela temos hoje uma tragédia de grandes proporções. Na verdade, ambos os lados estão profundamente enraizados na sociedade. O regime chavista tem bases populares – se não tivesse, já teria sido varrido do mapa, em vista do poder que se mobilizou contra ele, nacional e internacional – mas a oposição também tem. O grande problema da oposição é que ela é profundamente dividida e antipopular. Tem um discurso de horror ao que é popular. Nesse sentido, **lembra muito uma determinada elite brasileira horrorizada com uso pela população de aeroportos, shoppings, teatros e cinemas. Uma elite que quer não só ter, mas quer que o outro não tenha. O fato de ela ter não basta; ela quer que o outro não tenha, para que ela mesma pareça que tem mais ainda. O outro ter o que ela tem parece a ela uma perda. Incomoda, machuca, dói que alguém que venha de origens populares possa usufruir de uma coisa que ela tenha.**

P: Como você avalia a longa experiência declaradamente socialista de Cuba?

R: Cuba tem um mistério revelado. Dizia-se que Fidel só se mantinha no poder pela força e que qualquer empurrão que os americanos dessem, Fidel caía. Bom, os americanos empurraram de todas as formas possíveis e ele não caiu. Depois se dizia que Fidel vivia às custas dos soviéticos; a União Soviética todo-poderosa caiu e a ilhazinha de Cuba ficou. Depois se dizia que Cuba só sobrevivia pela lealdade do povo cubano ao Comandante. O Comandante se foi e Cuba está lá. Com todas as difi-

culdades materiais e políticas, até agora os cubanos não se atraíram por qualquer mudança brusca na estrutura do país.

Na Polônia e Alemanha Oriental, com tropas de uma potência estrangeira dentro do país, a população foi para a rua e exigiu o fim do regime. O Muro de Berlim foi derrubado por pessoas, com tropas prontas para atirar. A maioria absoluta da população da Alemanha Oriental não queria pura e simplesmente o advento do capitalismo. Eles sonharam que poderiam estabelecer uma república representativa, mas onde os sistemas de saúde, educação, moradia e transportes fossem mantidos como eram na Alemanha comunista. Tomaram um imenso susto quando viram o processo de privatizações e foram jogados em um mundo selvagem de um capitalismo brutal, o que fez inclusive nascer uma onda de neonazismo na região. As pessoas esperam sempre o melhor dos mundos. Talvez esse seja o mistério de Cuba e a sabedoria dos cubanos.

P: Podemos pensar que um dia o Brasil poderia se tornar socialista ou social democrata? Existe isso no horizonte?

R: **O Brasil não é um país pobre; é um país rico. Se a gente imaginar a quantidade de malas de dinheiro para lá e para cá, chegamos à conclusão de que é um país riquíssimo. O que a gente precisa fundamentalmente é garantir igualdade de condições no ponto de partida. Esse é o elemento fundamental. Esse seria o primeiro passo para vencer aquilo que é a cara principal do sistema social brasileiro: a desigualdade radical. Temos que garantir pontos de largada iguais para as pessoas.**

Um século depois, para onde vamos?

Gilberto Maringoni*

Cem anos depois da Revolução de Outubro e passados 42 da última vitória de uma transformação socialista – Vietnã, 1975 –, vale a pena avaliar se ainda existem condições para a superação do capitalismo em época de avanço conservador e supremacia das finanças em toda linha. Ou seja, no horizonte imediato.

A pergunta central é: o que há de acúmulo programático nos diversos governos e movimentos progressistas surgidos após o fim da União Soviética?

A Revolução Russa foi fruto de uma confluência de situações que permitiu a um país atrasado e periférico, com rarefeita tradição democrática e com um Estado absolutista dominado por oligarquias agrárias, apartar-se do mercado mundial. O caminho implicava romper com o capitalismo e enfrentar pelos trinta anos seguintes a 1917 uma sucessão de agressões externas e dificuldades internas que moldariam um regime com sérias dificuldades para se estabilizar e se institucionalizar.

A Rússia – e em seguida a União Soviética – só pode se firmar pela tenacidade do comando do Partido Comunista, num quadro de irreversível desmoralização do liberalismo – político e econômico –, pelo fato de o mundo estar vivendo um interregno de hegemonias iniciado na I Guerra Mundial e pela hecatombe econômica de 1929.

Construção do Estado

Construir o socialismo naquelas condições implicava a gigantesca tarefa de moldar um Estado

moderno, eficiente e capaz de avançar a atividade econômica e de garantir padrões mínimos de bem-estar a uma população de 200 milhões de habitantes.

Estabilizar o novo poder sob cerco internacional e guerra civil em casa ficou longe de acontecer sob regras de refinada etiqueta. A excessos contrários, não poucas vezes os bolcheviques responderam com excessos semelhantes.

A experiência soviética acabou em 1991, com a dissolução da URSS, 74 anos após a tomada do palácio de Inverno. Se utilizarmos um raciocínio linear, podemos afirmar que, em longevidade, ela foi muito além da Revolução Francesa. Quando esta acabou? Deflagrada em 1789, pode-se dizer que ela termina em 1804, com a coroação de Napoleão. Ou, numa métrica mais flexível, com a batalha de Waterloo, onze anos depois. Com extrema benevolência e régua unidimensional – como a direita brande em relação às experiências socialistas – podemos dizer que a Revolução Francesa durou, no máximo, 26 anos.

No entanto, tempos históricos não se contam dessa forma. O impulso da França em ebulição reverbera até hoje, como a revolução burguesa clássica. Seus impulsos e ideias seguem vivos. O cronograma político deve levar em conta as contradições contemporâneas muito mais que exemplos temporais estáticos.

Abalo global

O que diferenciou acima de tudo os acontecimentos da Rússia vermelha de processos anteriores é o abalo que provocou além fronteiras. Eric Hobsbawm, em seu *A era*

dos extremos (Companhia das Letras, 1996), assinala que “A Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que a Revolução Francesa e produziu, de longe, o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna”.

A URSS estabeleceu novas risca de giz na cena global, reorganizou as relações internacionais, estabeleceu alianças e antagonismos de novo tipo e deu lugar ao lançamento de organizações partidárias moldadas pela disciplina, hierarquia e centralização, preparadas para disputas equivalentes a guerras.

A Revolução foi capaz de transformar, em poucas décadas, uma região agrária e pouco desenvolvida em potência industrial capaz de alavancar indicadores sociais e avançar na direção de um Estado de bem estar jamais visto na periferia do mundo.

Fora da agenda

A luta pelo socialismo – ou melhor, uma ruptura socialista – saiu da agenda da esquerda mundial com o desmonte da URSS. Olhando retrospectivamente os indicadores da queda de produtividade da economia soviética nos anos 1970-80, pode-se dizer hoje que o desmonte seria inevitável. Mas não era essa a percepção da época. A União Soviética aparentava tentar uma reformulação dentro dos parâmetros de seu modelo, logo após a posse de Mikhail Gorbachev na secretaria-geral do PCUS, em 1985.

No entanto, a Perestroika, alardeada como uma renovação, se revelou verdadeira rendição diante das potências ocidentais, nos inícios da ofensiva ultraliberal. O impac-



to político e teórico foi devastador. Não era um governo que estava em xeque. Era um modo de organização do Estado, do trabalho e da vida social que se mostrou aquém dos desafios da reestruturação produtiva das últimas três décadas.

Junto com o socialismo real, a socialdemocracia europeia, com sólidas bases operárias e responsável por conquistas sociais de monta, entrou em parafuso com a crescente financeirização da economia, recessão, aumento do desemprego e sensível redução do poder de barganha dos sindicatos. Os partidos dessa vertente que sobreviveram aos anos 1990 acabaram por fazer uma rápida conversão à ordem, caso das agremiações inglesa e espanhola.

É a partir desse ponto que as ideias de transformação social devem ser colocadas em debate.

Socialismo do século XXI

Com a esquerda na defensiva, a luta pelo socialismo saiu da agenda progressista em todo o mundo por mais de uma década. Até que,

no final de janeiro de 2005, em visita ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez acrescentaria uma novidade ao conceito de *revolução bolivariana* por ele alardeado desde sua posse, seis anos antes. Em discurso de uma hora e meia, diante de 30 mil pessoas no ginásio do Gigantinho, Chávez declarou: “Nosso projeto e nosso caminho é o socialismo”. E especificou: “Um socialismo com democracia e uma democracia com participação popular”. *Socialismo do século XXI*, frisou o Presidente.

O que seria o novo conceito? As definições subsequentes do que seria a vertente não deram muitas pistas sobre o rumo a ser tomado. Chávez e seus apoiadores não foram muito além de enunciados vagos, como “democracia”, “solidariedade”, “justiça” e “vida digna”.

Em outubro daquele ano, em uma conversa com o jornalista chileno Manuel Cabieses, diretor do semanário chileno *Punto Final*, o dirigente venezuelano lançou mais algumas luzes sobre seu projeto. Entre os elementos básicos para a nova orientação, deve-

riam estar, segundo o Presidente: A) *A moral (...) Devemos recuperar o sentido ético da vida. Lutar contra os demônios disseminados pelo capitalismo, como o individualismo, o egoísmo, o ódio e os privilégios. (...) O socialismo deve defender (...) a generosidade*.

B) *A democracia participativa e protagônica, o poder popular.*

C) *A igualdade conjugada com a liberdade*

D) *Corporativismo e associativismo. No econômico, uma mudança no sistema de funcionamento metabólico do capital. Na Venezuela se iniciou*

um movimento para impulsionar o cooperativismo, o associativismo, a propriedade coletiva, o banco popular e núcleos de desenvolvimento endógeno.

Outro exemplo de suas formulações foi dado no programa *Alô Presidente*, de 7 de julho de 2007:

O socialismo é eminentemente social, não é econômico. (...) Aqui deve haver uma relação de trabalho (...) harmoniosa, não se trata de explorar os trabalhadores por nada, a não ser para que vivam dignamente, que não sejam escravos do trabalho. [Precisam] de um trabalho digno, consciente de que estão produzindo bens para construir a felicidade de um povo. (...) Isto é parte do modelo socialista que está nascendo. (...) Ser socialista é ser honesto. O socialismo não nega a propriedade privada. Apenas a estabelece muito bem e a impulsiona.



As indefinições do modelo de socialismo pretendido por Hugo Chávez não são um problema apenas dele, mas de praticamente toda a esquerda mundial.

O real realmente existente

Há no mundo meia dúzia de Estados socialistas. São eles China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, Laos e Transnístria. Não existem mais como membros de um campo ou caudatários de um projeto global articulado nas esferas política, econômica e social. Compreendem desde uma potência mundial até países irrelevantes internacionalmente.

A China não apenas resiste, como cresce incessantemente há 50 anos. A partir da direção de Deng Xiaoping, entre 1978 e 1992, o país se abriu ao exterior, legalizou relações capitalistas de produção e manteve o controle estatal sobre a economia. De nação periférica na cena global, antes de 1949, a China assumiu o proscênio do tabuleiro mundial, com um dinamismo que desmente as formulações privatistas em voga internacionalmente. Não pretende exportar sua Revolução ou expandir áreas de influência, mas agir pautada nas regras do mercado. Coração e cérebro dos BRICs, o antigo *império do meio* selou uma aliança com a Rússia, sintetizada na articulação do dinheiro com as armas. Atuam em dupla no Conselho de Segurança da ONU, como se fossem um único país na maioria das votações.

Cuba enfrenta bravamente à onda reacionária do governo Trump e a uma espécie de segundo período especial. Com a crise venezuelana, o país perdeu importante parceiro para o financiamento de sua economia e da diplomacia regional. Com uma economia centrada no turismo, na agricultu-

ra e em alguns serviços especializados, como a medicina, o país não consegue alavancar novo surto de desenvolvimento. Mesmo assim, o governo não abre mão de seu projeto socialista.

A Coreia do Norte está diante de uma pesada ofensiva imperial. O país jamais atacou seus vizinhos e suportou uma agressão devastadora dos Estados Unidos, no início dos anos 1950. Não é nenhum modelo de democracia e sua dinastia comunista anima poucos setores progressistas a lhe prestar solidariedade. No entanto, é preciso dizer: o país eliminou a fome endêmica, elevou o padrão de vida médio da população e sobrevive basicamente com recursos internos.

O Vietnã, que suportou trinta anos de agressões bárbaras por parte da França e dos Estados Unidos, venceu as duas potências. À semelhança da China, abriu sua economia, após um dramático tempo de fome e miséria nos anos 1980. Abriga um setor de tecnologia da informação e indústrias sofisticadas, que formam seu polo dinâmico e propiciam um alargamento do mercado interno. Não possui uma economia de escala, como o gigante asiático, mas a pobreza tem se reduzido aceleradamente nos últimos anos.

O Laos tem apenas sete milhões de habitantes e uma economia predominantemente agrícola. Mantém o regime de partido único e segue como um país de renda baixa, em meio a enormes dificuldades. E a Transnístria, com sua população de meio milhão de pessoas, é um território encravado na Moldávia, Leste europeu, extremamente dependente da economia russa.

Embora a esquerda seja governo em alguns países – Portugal, Uruguai, Bolívia, Equador, Grécia e Venezuela, entre outros – nenhum deles constrói para valer

uma alternativa socialista. Mesmo a retórica inflamada de Hugo Chávez não resultou na definição clara de uma tática de superação do capitalismo.

Multidões e projetos

Uma série de lutas arrastaram multidões em vários países, como reação à devastação ultraliberal desde o início da atual década. Exemplos são a Primavera Árabe – em especial no Egito, Tunísia, Iêmem e Barein –, o movimento dos Indignados (Espanha), o Occupy Wall Street (EUA), além de maciças mobilizações na Grécia, Espanha, Islândia, Portugal, Inglaterra, Chile e Brasil. Governos caíram na esteira dessas ações (Tunísia e Egito). No Brasil, uma intensa disputa de rumos terminou com as manifestações de 2013 – inicialmente progressistas – capturadas pela direita. Na Grécia e na Espanha, as multidões impulsionaram organizações partidárias (Syriza e Podemos) e nos Estados Unidos e Inglaterra pode-se detectar o crescimento de lideranças à esquerda (Bernie Sanders e Jeremy Corbyn) na sequência dos insatisfeitos que foram às ruas. A esquerda francesa retomou sua expressão pública com a candidatura de Jean-Luc Mélenchon.

São manifestações muito distintas, que enfrentam monopólios da mídia, leis eleitorais draconianas (Inglaterra, França e Chile), ou correlações de forças muito adversas.

A maioria desses processos, objetivamente, clama por um alargamento do espaço público e maior proteção social por parte do Estado. O fato de várias delas não terem o socialismo como meta não significa a inviabilidade de um projeto mudancista, mas a aspereza das condições de disputa existente.

Passado e futuro

Se há algo a se extrair da experiência russa é a sensibilidade da direção revolucionária em perceber o momento oportuno e crescer na vaga das lutas. O historiador estadunidense Stephen Kotkin, em seu monumental *Stálin – Paradoxos do poder* (Objetiva, 2017) relata que de um pequeno agrupamento, com cerca de mil militantes comprometidos e uma liderança que “cabia em torno de uma mesa de conferência”, o bolchevismo se tornou um fenômeno de massas, com alegados 25 mil membros, logo após fevereiro de 1917. Ou seja, o crescimento se deu em cima das especialíssimas condições concretas do período, como assinalado no início deste texto.

As condições objetivas e a recidiva da crise iniciada em 2008-09 impulsionam inquietação e revolta pelo mundo. Ao mesmo tempo, o aprofundamento de crises não corresponde, mecanicamente, a fortalecimento da esquerda. Em situações de desespero, o fascismo e o nazismo floresceram na Europa dos anos 1920-30.

Não há fórmulas ou roteiros prévios para a retomada de uma meta socialista. Por isso, a conjuntura atual embute a complexidade de se articularem frentes que envolvam um amplo espectro de atores, do centro à esquerda, com base em pautas desenvolvimentistas, distributivistas e civilizatórias.

Não é tarefa fácil e nem as pautas comportam uma única alternativa. A tarefa mais delicada está na busca de unidade de ação das várias vertentes progressistas para a retomada do protagonismo na cena global.

* É professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, historiador e autor, entre outros, de *A Venezuela que se inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Fundação Perseu Abramo, 2004).

O que fazer?

Carlos Pinkusfeld Bastos*
 Numa Mazat*

Um fantasma ronda o ocidente: o da falta de representatividade política. Há radicalismo conservador por todo lado: da surpreendente eleição de Trump nos EUA aos ultradireitistas do governo polonês, passando pela devastadora derrota dos partidos tradicionais nas eleições da França em 2017, quando foram ao segundo turno o partido nacionalista de extrema direita e uma coalizão de “última hora”, autodenominadamente neutra, sob o comando de Macron. O “sonho” do fim da história e da vitória incontestada da ideologia neoliberal na gestão econômica dos governos parece ter-se tornado algo mais próximo a um pesadelo. Nem a promessa de uma “utopia” unipolar mundial condiz com o fortalecimento das posições geopolíticas de China e Rússia e a completa desordem em que foi lançado o Oriente Médio.

Obviamente que, para quem enxerga a sociedade capitalista como composta de classes sociais com interesses distintos e conflitantes, esse quadro em nada surpreende e, na verdade, só revela as limitações analíticas de outras abordagens teóricas. Assim, partindo desse importante fundamento analítico para entendermos o movimento das sociedades, é fundamental olhar o mundo pré-hegemonia neoliberal e o projeto unilateralista norte-americano para que se possa compreender melhor a realidade em que vivemos.

Inicialmente, do ponto de vista teórico e histórico, não se pode dizer que existiu, através dos

tempos, apenas “um capitalismo”. Ainda que preserve características centrais, como a produção descentralizada, a existência de trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção, historicamente, desde sua origem no século XIX, o capitalismo industrial sobreviveu, até hoje, em várias encarnações sociais. Particularmente, a do pós-Segunda Guerra Mundial, ou a chamada Era de Ouro do capitalismo (*Golden Age*), teve características muito originais. Foi um período de alto crescimento, baixo desemprego, elevação da renda do trabalhador, diminuição da desigualdade, ampliação dos direitos sociais e acesso a bens públicos.

Essa organização do capitalismo foi uma construção política, ou seja, uma possibilidade de organização do sistema capitalista como caracterizado acima. Logo, a pergunta a fazer é: o que levou o Estado, ou melhor, os estados nacionais, ou, melhor ainda, o concerto dos estados nacionais capitalistas, consubstanciado pelos acordos de Bretton Woods, a estabelecer esse padrão de capitalismo da *Golden Age*? Um padrão no qual o Estado impôs aos capitalistas pesada carga tributária, fortes restrições à liberdade de atuação via regulação de distintos mercados e limitação de ganhos financeiros, e no qual os trabalhadores tiveram ampliado seu poder de barganha pelas políticas de pleno emprego perseguidas pela ação fiscal, que se somara à extensão dos benefícios previdenciários, seguro desemprego, etc...

Simplesmente, como nos anúncios antigos de liquidação,



Carlos Pinkusfeld Bastos



Numa Mazat

no pós-guerra “deu a louca no patrão”? Certamente não. Foram a Guerra Fria, em grande medida, e também a própria instabilidade do entreguerras que forjaram um novo consenso social no qual o capital, e os grupos sociais a ele associados, abriram mão de parte dos seus privilégios políticos e econômicos em prol da sustentação do sistema de propriedade privada, ou de sua aceitação pelos trabalhadores sem uma reação radical/revolucionária.

Nesse ponto somos confrontados com um aparente paradoxo. A visão que se tem da União Soviética e especificamente do seu desempenho econômico é bastante negativa, em grande medida resultado do debacle no final dos anos 1980. Mas então como explicar que um completo desastre tenha tido um efeito tão extraordinário sobre o sistema capitalista por cerca de trinta anos?

O modelo econômico soviético, na verdade, foi muito bem-sucedido em termos de acumulação de capital por mais de meio

século, ostentando taxas de crescimento altíssimas. Permitiu que um país economicamente atrasado e derrotado na Primeira Guerra Mundial se tornasse, em menos de três décadas, a segunda força industrial e uma das duas superpotências a sair vencedora da Segunda Guerra Mundial. O sistema soviético foi, também, capaz de providenciar uma elevação significativa do padrão de vida da população, quer seja em termos de consumo ou, mais ainda, no fornecimento de bens públicos como uma educação de alto nível, o acesso generalizado à cultura e um sistema de previdência universal, etc. Essa dinâmica de desenvolvimento econômico e social acelerado só foi perdendo dinamismo na segunda metade dos anos 70, com o esgotamento do modelo de acumulação extensiva soviético, responsável pela exitosa implantação do Fordismo no país. A incapacidade da URSS de fazer a transição para um regime de acumulação mais intensivo e de superar o padrão taylorista, dificuldades tam-

bém observadas em economias capitalistas avançadas neste período, explica a relativa estagnação econômica até 1985. As reformas da Perestroika no final da década de 1980 vão, então, desorganizar completamente o planejamento centralizado soviético, levando ao colapso do sistema em pouco mais de cinco anos.

Assim, o fim da União Soviética e do bloco socialista da Europa Central e Oriental teve um impacto óbvio sobre o quadro político pós-anos 1990. A inexistência de um regime alternativo efetivo enfraqueceu os movimentos políticos críticos à ordem burguesa.

Entretanto, essa “vitória concreta” foi ainda mais dramática porque de várias formas foi introjetada pelos movimentos de esquerda; tanto numa crítica radical e absoluta do regime soviético como pela adoção de princípios de gestão de política econômica relativamente ortodoxos, e, não menos, por uma adesão acrítica à ordem democrática em seus aspectos mais formais.

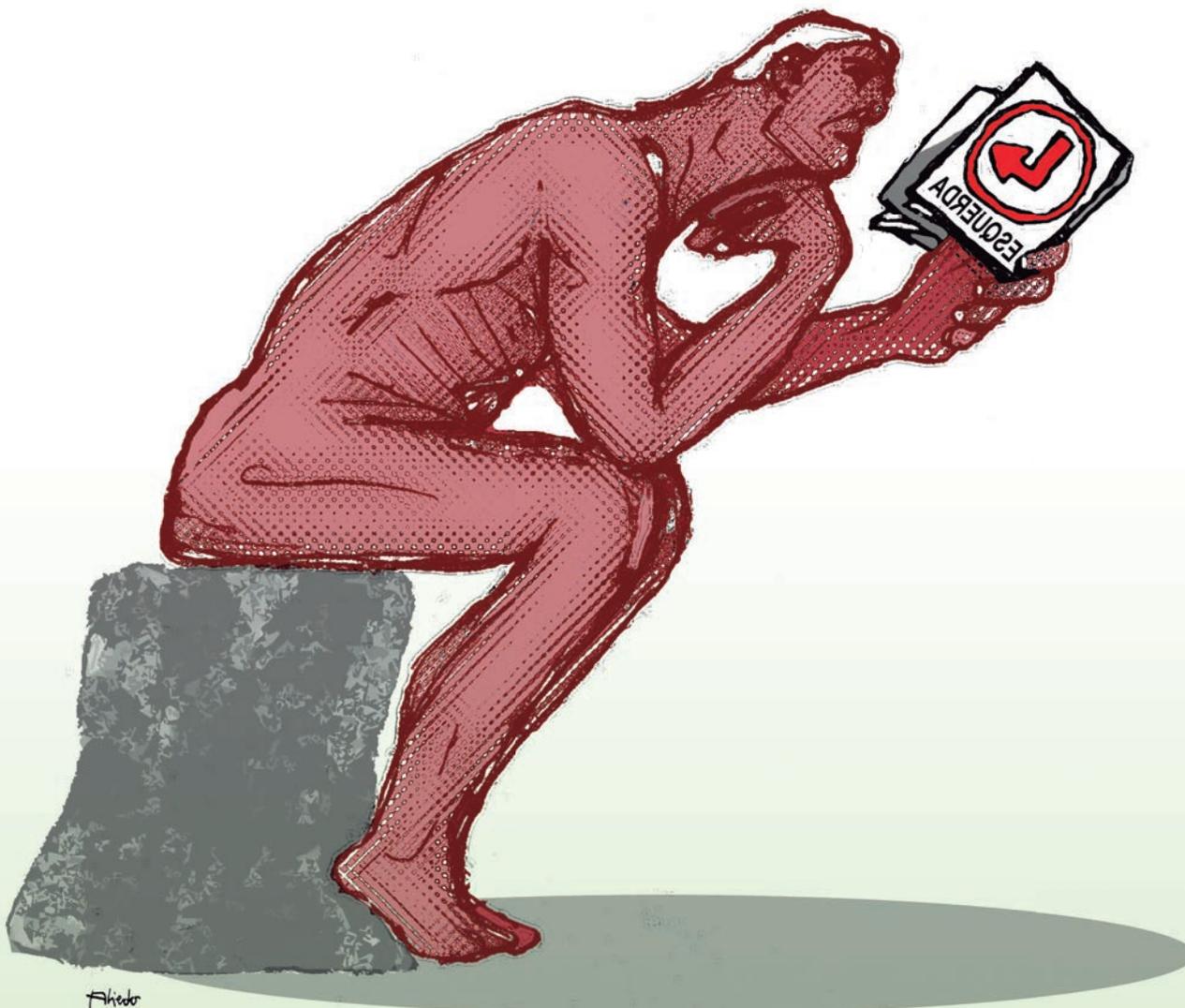
Aqui se tem uma situação do ponto de vista político particularmente complexa: não apenas o referencial concreto alternativo se desfez, como os partidos que deveriam manter alguma forma de

visão crítica do sistema capitalista passaram a ser eles mesmos os aplicadores de fórmulas contrárias aos, digamos assim, princípios fundantes de suas correntes políticas. Os exemplos são inúmeros: da virada conservadora do Presidente Mitterrand em 1983, que se relaciona à montagem do arcabouço conservador da União Europeia por partidos sociais-democratas, passando pela reforma trabalhista posta em prática pelo Partido Social Democrata Alemão nos anos 1990. Mesmo quando não “iniciando” as reformas trabalhistas, partidos de tradição pró-trabalho avançaram as agendas iniciadas

por partidos conservadores, como a virada Clintoniana no Partido Democrata em meados dos anos 1990 ou o “*new labour*” de Tony Blair. Essa conversão dos partidos que deveriam se opor às reformas contrárias aos interesses dos trabalhadores acabou reforçando uma versão mais restrita do fim da história, o famoso acrônimo TINA (*There is No Alternative*), ou seja: as políticas neoliberais “pragmáticas” de gestão econômica são fundamentos universais e indiscutíveis, devendo os governos, mais ou menos progressistas, apenas tratarem de questões marginais a um núcleo duro e inamovível de políticas derivadas da ortodoxia marginalista. Essas políticas implicavam desregulação, redução do Estado e equilíbrio fiscal. Sua versão, em forma de decálogo para os trópicos, ganhou o famoso apelido de Consenso de Washington.

Ora, se todos os partidos dizem mais ou menos o mesmo, é porque então tais políticas deveriam ser mesmo universais e inevitáveis...

Em princípio não há problema de se entronizar como verdade absoluta, por interesses político-ideológicos, uma interpretação de uma escola de pensamento econômico permeada de inconsistências analíticas radicais. Vitória das classes dominantes. 7x1 da burguesia. O problema, ainda no campo da linguagem dos boleiros, é: combinaram com os adversários para ser sempre assim? Não tem retorno? Combinaram com os trabalhadores, ou a “classe média” na nomenclatura norte-americana, se esta se contentaria com, dependendo do país: menores direitos sociais, redução de serviços públicos, estagnação de rendimentos e maiores taxas de desemprego? E talvez, o mais grave do ponto de vista de



Alcides

sentimento social mais amplo: a sensação que a sua geração, e as futuras, de alguma forma auferem (ou auferirão) menos benefícios que a anterior, ainda que o PIB mundial tenha crescido e que cada trabalhador seja mais produtivo! Ainda pior, a sensação de que este “sacrifício” não aponta para um horizonte de esperanças e sim “mais do mesmo” no campo estrito econômico, acrescido de tensões sociais pesadas, como a questão da imigração na Europa e mesmo nos EUA.

Frente a este sentimento, os partidos da ordem neoliberal só têm a oferecer ... mais sacrifícios, incluindo aí os partidos autodenominados de esquerda, que, no núcleo de suas políticas, também abraçaram o ideário neoliberal e passaram a encampar políticas identitárias, ecológicas, etc... Não que estas não sejam questões relevantes e pertinentes, mas, ao não contestarem os elementos que estão no cerne da insatisfação de parcelas expressivas da população, acabam por não serem capazes de representá-las politicamente.

Na verdade, um lamentável efeito bumerangue pode, e, na verdade, já está ocorrendo. Se os partidos que deveriam tratar também de temas que afetam as condições de vida materiais de parcelas majoritárias da população não o fazem, se concentrando em temas menos abrangentes, eventuais correntes que se apresentam como candidatas a tratar de alguma forma de temas amplos podem, de forma oportunista, se contrapor a tais políticas progressistas, criando um caldo de cultura perigoso de extrema direita.

E como fica a nossa América Latina frente a este quadro geral? Não muito diferente do resto do mundo, aliás, como seria de se

esperar de uma zona periférica do capitalismo. Aqui também a reação neoliberal começa a se tornar dominante nos anos 1980 e se consolida nos anos 1990, ainda que tenhamos tido o trágico privilégio de termos a ditadura Pinochet no Chile como o primeiro experimento mais radical do neoliberalismo a nível mundial.

Como em outras regiões, o neoliberalismo também alcançou na América do Sul, muito rapidamente, um histórico de frustrações. Ainda que num primeiro momento este tenha sido capaz de gerar uma onda de estabilizações em vários países, graças à volta do crédito internacional, em parte reforçado pelas vendas de ativos domésticos (incluindo aí as privatizações), os resultados em termos de crescimento, emprego e inserção externa foram medíocres.

A reação a estes governos ocorreu em praticamente todo o continente, com graus distintos de radicalismo; desde a experiência autodenominada de “socialismo bolivariano” na Venezuela até o continuísmo, escassamente reformista, da presidenta Bachelet no Chile. Em posições intermediárias, se situam Equador, Bolívia, Argentina, Uruguai e Brasil. Certamente aqui não há espaço para precisar a natureza destas experiências. Apenas deve-se reconhecer que todas, aproveitando-se de um ambiente internacional favorável, tiveram em comum algum nível de avanço redistributivo, reforço das políticas de bem-estar social, aceleração do crescimento, e retomada do papel do Estado como agente importante dentro do processo de desenvolvimento econômico e social.

Não é possível aqui, também, detalhar as limitações e fracassos destas experiências que, de ma-

neira geral, partiram de uma não ruptura com as políticas macroeconômicas anteriores, registraram alguns erros graves de condução de política econômica e sofreram, em diferentes graus, com a deterioração das condições externas. Apesar dos modestos avanços, tais governos foram confrontados com forte oposição dos *establishments* locais, sendo retirados do poder por distintos métodos, mais ou menos democráticos, dependendo do país.

A questão relevante, e que se conecta com o início deste artigo, é que os grupos que ascenderam ao poder neste movimento de “contrarreforma” nada têm a oferecer de “novo”. Certamente, austeridade fiscal, mercado de trabalho degradado e venda de ativos não operarão nenhum “milagre”.

E este é o paradoxo da atual “perda de representatividade” política que já havia sido identificada pelo cientista social Karl Polanyi como uma contradição inerente ao sistema capitalista. Sua versão liberal, e agora neoliberal, é concentradora e mesmo seu ritmo de crescimento e adoção de tecnologias crescentemente capital-intensivas acabam por gerar menos empregos e que, eventualmente, não acompanham o crescimento da força de trabalho.

O movimento oposto deste pêndulo, a criação de um sistema mais justo e visando o bem-estar da maioria da população, tendo como meta um nível baixo de desemprego, ao pender a balança para o mundo do trabalho, acelera as contestações ao sistema, seja na forma de conflitos populares/trabalhistas, seja na aceleração da inflação em razão de fortes demandas salariais.

O atual momento de movimento do pêndulo para a direi-

ta tem contra si, também, o fato de a classe trabalhadora ainda ter os avanços sociais da *Golden Age* como um parâmetro de aspiração política. Especificamente no caso do Brasil, por exemplo, essa “memória” é ainda mais fresca; a ideia de eliminar ou restringir os avanços, por modestos que tenham sido, na primeira década do século XXI provavelmente não se dará sem alguma resistência.

Essa clara tensão e impasse atual dificilmente terão uma resposta adequada pela vertente conservadora. Afinal, a política neoliberal já é regida por grupos econômicos e sociais muito concentrados, e o desastre do Governo Trump é uma boa mostra da completa inconsistência do populismo de direita. A troca de nomes e pessoas para aplicar a mesma receita não resolve nada.

É a esquerda que tem condições de oferecer uma alternativa concreta a um estado de mal-estar social generalizado. Mas para isso precisa fazer uma profunda autocrítica, que inclui rever seu papel na própria construção da presente ordem neoliberal, e que passará obrigatoriamente por uma revisão da experiência socialista do século XX. Será necessário, também, uma ruptura completa com elementos da análise econômica marginalista, especialmente em relação ao papel do Estado na economia.

É uma tarefa complexa e difícil, mas, infelizmente, os desafios sociais não esperam pela reflexão em estado de suspensão, e respostas de natureza ainda mais reacionária, ainda que fadadas ao fracasso do ponto de vista material no médio prazo, podem acrescentar uma camada a mais de retrocesso e violência social.

* São professores adjuntos do IE/UFRJ.

China e Cuba na transição ao socialismo

Paulo Nakatani*

[...] a RPC [República Popular da China] do século 21 é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, é no momento uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista – ambos, em seus respectivos gêneros, os mais dinâmicos jamais vistos¹.

Neste ano de 2017, em que se celebram os 150 anos da publicação do livro primeiro de *O Capital* e os 100 anos da Revolução de Outubro, muitas das atenções se voltam para as condições de desenvolvimento também de outras experiências revolucionárias, como a da China e de Cuba. Por um lado, no mundo capitalista, poucos ainda alimentam as esperanças, expectativas e sonhos de que um “outro mundo é possível”. Outro mundo menos injusto, mais igualitário e mais democrático, como se esperava a partir dos escritos de Marx e Engels. Por isso, na esteira da profunda crise pela qual atravessa hoje o capitalismo mundial, na qual as contradições desse modo de produção se explicitam por todos os lados, também reaparece o interesse no estudo e na disseminação do marxismo e em particular d’*O Capital*.

Por outro lado, muitos consideram que todas as experiências revolucionárias socialistas do século XX, iniciadas na Rússia, e inspiradas em Marx e Engels, fracassaram – em particular após o colapso da União Soviética, cujo

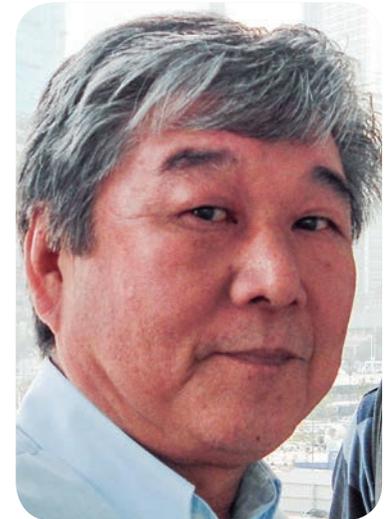
impacto sobre a sociedade cubana foi brutal; e a abertura da China ao ingresso de capitais estrangeiros, às privatizações e ao mercado capitalista, que é considerado um retrocesso ao capitalismo.

Entretanto, para todos aqueles que procuram compreender esses processos históricos, para além do que é disseminado através da ideologia da sociedade burguesa, podemos dizer que Cuba e China poderiam se constituir no que Perry Anderson (2010) chamou de *novum* histórico-mundial. Assim, as experiências chinesa e cubana constituiriam um longo processo de transição para um novo modo de produção, que se expressaria historicamente e concretamente em sociedades diferentes daquelas regidas pelo modo de produção capitalista.

Esta concepção implica considerar que os processos históricos concretos não produzem transformações imediatas de um modo de produção a outro, assim como há que se distinguir que cada modo de produção se expressa em formações histórico-sociais distintas e as novas relações só podem se desenvolver dentro da sociedade anterior, concreta e historicamente determinada, com suas próprias contradições, particulares e específicas, assim como com todos seus problemas e sua herança histórica. Ou seja, não há um caminho geral para todos os processos de transição, cada formação histórico-social deve encontrar o seu próprio caminho. É um equívoco pensar que com a vitória da revolução, com a tomada do poder em um país e a consequente socialização dos meios de produção, se produ-

ziria uma transformação imediata do modo de produção e o advento do socialismo. Por essa razão encontramos, tanto em Cuba quanto na China, a concepção de que são sociedades que ainda estão em um longo processo de transição para o socialismo ou comunismo.

Devemos destacar que ambas as revoluções, a Chinesa em 1949 e a Cubana em 1959, foram vitoriosas em sociedades cujo grau de desenvolvimento das forças produtivas ainda estava muito longe daquele atingido pelos países capitalistas mais desenvolvidos. A China, naquele momento, tinha passado por uma crise extremamente longa, mais de 100 anos de conflitos, iniciada com a primeira Guerra do Ópio em 1839 e só terminada em 1949. A revolução republicana de 1911 derrubou o império comandado pela dinastia *Qing*, constituída e dirigida por uma etnia minoritária denominada *Manchu*, e instaurou uma república. O último quarto de século antes da vitória da revolução foi marcado por uma grave sucessão de guerras e conflitos. “Seus marcos são bastante conhecidos – a expedição ao norte de 1926 [...]; o massacre dos comunistas por Chiang Kai-shek [...]; o Terror Branco que se seguiu; o estabelecimento do soviete do Liangxi em 1931, e as cinco campanhas de aniquilação movidas [...] a Longa Marcha do exército vermelho [...] em 1934-1935 [...] a Frente Unida com o GMD [Kuomintang] contra o invasor japonês em 1937-1945; e, por fim, a guerra civil de 1946-1949 [...]”². As consequências de todo esse longo período de conflitos para a sociedade



chinesa foram trágicas e desastrosas tanto em termos do desenvolvimento de suas forças produtivas quanto das condições sociais e de vida. A revolução vitoriosa encontrou uma sociedade devastada por esse século de conflitos, que deixou a população em condições de extrema pobreza, analfabetismo e ignorância.

Cuba é uma pequena ilha com cerca de 110 quilômetros quadrados, localizada a 90 milhas dos EUA, que, após as guerras de independência contra a Espanha, passou à condição de semicolônia dos Estados Unidos. Até a vitória da revolução, em 1959, a economia cubana era quase que integralmente controlada pelas corporações americanas. As condições de vida da maioria dos trabalhadores, tanto urbanos como rurais, eram tenebrosas³. A produção do açúcar, principal produto da economia cubana, era controlada por empresas americanas e os EUA eram seu principal mercado. Os principais produtos industriais eram importados e os serviços como a eletricidade e co-

municações eram fornecidos por empresas americanas, como mostram Baran e Saens⁴. Além disso, “*gangsters*, jogadores, homens de atividades ilícitas de todos os matizes invadiram Havana, [...] e a transformaram num campo de distrações reservado ao submundo americano”⁵. Após a vitória da revolução e o avanço das intervenções, desapropriações e nacionalizações das empresas estrangeiras, os EUA iniciaram o bloqueio contra Cuba, em 1962. A frágil economia cubana pré-revolucionária foi ainda mais castigada pela fuga de mais de três mil médicos para os EUA, técnicos, e cerca de dois mil engenheiros, de dois mil e setecentos que havia em Cuba, e 75% dos engenheiros da indústria petrolífera; e teve que reconfigurar e reconstruir todo o sistema produtivo com as tecnologias soviéticas, mais atrasadas do que a norte-americana, segundo Saens.

Desse modo, a revolução socialista não só começou em 1917 na Rússia atrasada, como continuou em outros países igualmente atrasados e dependentes, e a questão do desenvolvimento das forças produtivas, em um grau que possibilitasse o avanço das relações de produção socialistas, tem produzido acalorados debates e numerosos estudos. Sobre este ponto, Marx e Engels, perguntando-se sobre a transição de uma forma antiga de posse da terra diretamente para a propriedade comunista, escreveram: “Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a Revolução Russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista”⁶.

Temos aqui uma resposta para as duas grandes polêmicas sobre a revolução e a transição: primeiro, a possibilidade da revolução socialista em países subdesenvolvidos e segundo, o debate sobre o socialismo em um só país. Todas as experiências revolucionárias ocorreram em países atrasados e em nenhum país capitalista desenvolvido. Além disso, sofreram intensa pressão contrária: política, ideológica e militar, dirigida e comandada pelo centro do imperialismo. Isso tudo com ameaças, cercos, ataques militares e bloqueios políticos e econômicos de todos os tipos possíveis e imagináveis, como a Guerra Fria e o bloqueio contra Cuba, vigente até hoje. Durante todo esse tempo, a elite da burguesia mundial tem utilizado todos os meios e instrumentos possíveis contra a revolução proletária mundial; por outro lado, a classe trabalhadora tem lutado bravamente contra as classes dominantes em todas as partes, mesmo passando, naturalmente, por momentos de debilidade, desânimos e de recuos.

Com isso podemos perguntar: qual é o sentido em exigir que as revoluções socialistas tenham sido bem-sucedidas? Como esperar que essas experiências já tivessem concluído a longa transição para o modo de produção comunista? Ou seja, aquela resposta de Marx e Engels, contida no prefácio do Manifesto Comunista, continua hoje tão atual como nunca e responde aos mais diversos questionamentos e cobranças que encontramos em boa parte da esquerda mundial a respeito das revoluções na China e em Cuba hoje.

Durante o período de ascensão do movimento revolucionário internacional no pós-guerra, a China procurou acelerar a socialização



da produção e desenvolver relações de produção e de trabalho socialistas, através da propriedade social da terra, da planificação e da constituição das comunas populares⁷. Entretanto, teve que reconsiderar o caminho que seguia no desenvolvimento de suas forças produtivas. A guinada no processo, liderada por Deng XiaoPing a partir do final dos anos 1970, para o que ele chamou de socialismo à moda chinesa ou socialismo de mercado, impulsionou o crescimento econômico chinês para taxas inimagináveis em qualquer sociedade regida pelo modo de produção capitalista, com taxas médias de crescimen-

to de 10% ao ano durante mais de três décadas, colocando-a no topo dos países em termos da produção de riqueza⁸. Isso tudo com a manutenção da propriedade social da terra, com a planificação central e o comando do Partido Comunista, que dirige as maiores empresas estatais chinesas nas áreas estratégicas, fundamentais para o projeto de sociedade que estão buscando.

Cuba, por seu lado, passou por um processo bastante distinto. Por um lado, está até hoje acossada pelo feroz bloqueio norte-americano, com ameaças contínuas de todas as formas. Durante o período de ascensão, com o apoio do bloco sovi-



ético, pôde acelerar formas não capitalistas de produção, através da estatização da maior parte das empresas estrangeiras e da profunda reforma agrária. Desenvolveu e recuperou todas as condições de vida com a acelerada alfabetização de todo o povo, a criação de um sistema de produção e social fundado nas pessoas individuais, que a colocou entre os países com os melhores indicadores sociais do mundo. Ela pôde, igualmente, desenvolver relações sociais não mercantilizadas como a *libreta*, que, mesmo que tenha sido decorrente das necessidades de racionamento, constituiu ainda hoje um mecanismo de

distribuição que escapa das determinações do mercado. Todo o sistema de educação, saúde, assistência e previdência, além do acesso gratuito ao esporte, às artes e outras necessidades vitais da população, foi construído no caminho da transição. Mas esse caminho foi bloqueado, em maior ou menor medida, pela derrota da União Soviética na Guerra Fria. Atualmente encontra-se desenvolvendo um profundo processo de mudanças para as novas condições colocadas pelo sistema mundial capitalista e pela experiência obtida através dos erros que foram próprios na construção da transição cubana, através

dos *Lineamientos de la política económica y social*, assim como procurando manter os avanços obtidos com a revolução.

Esses processos que estão constituindo as histórias concretas destes dois diferentes países, na busca de um mundo melhor, não podem ser avaliados, no momento, pelas expectativas, esperanças e desejos de um mundo novo e melhor. Além disso, não podemos esquecer que a história de todos os povos é conduzida por pessoas e grupos, com todas suas qualidades, forças e fraquezas típicas de cada ser humano com todas as dificuldades e contradições particulares

que são naturais a cada indivíduo.

Isso tudo não exclui a condição de que China e Cuba, e esta em particular para a América Latina, ainda são os faróis que mantêm as esperanças e as lutas por uma transformação para um mundo melhor.

* É professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Agradeço as contribuições de Aline Faé Stocco, Helder Gomes e Olga Perez Soto.

1 ANDERSON, Perry. *Duas Revoluções: anotações. Ensaio comparativo sobre o desenlace atual das duas maiores revoluções do século XX: A Russa e a Chinesa*. Serrote, São Paulo, Julho 2010.

2 ANDERSON, Perry, 2010, p. 3.

3 CASTRO, F. *A história me absolverá*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

4 SAENS, T. W. *O Ministro Che Guevara. Testemunho de um colaborador*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 59-60.

5 BARAN, P. Reflexões Sobre a Revolução Cubana. In: BARAN et al. *Reflexões Sobre a Revolução Cubana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 18.

6 MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 73.

7 “As 24 mil ‘comunidades populares’ de agricultores, estabelecidas nuns meros dois meses de 1958, representaram o outro lado. Eram completamente comunistas, porque não apenas todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a familiar – as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e mandando-as, arrematadas, para os campos – mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e a renda em dinheiro”. HOBBSAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 453.

8 Segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) o PIB da China, estimado em paridade de poder de compra, tornou-se o maior do mundo ultrapassando os EUA em 2014. <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/teses-e-dissertacoes/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>.

“Não há direitos para o pobre. Ao rico tudo é permitido.”

Hino A Internacional (1871)

O Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – tem sua origem em 1799, com o estabelecimento, pela Rainha D. Maria, de décimas urbanas sobre os imóveis edificados das cidades marítimas. Na primeira Constituição Republicana, o IPTU figurava como um imposto de competência dos estados, só passando à alçada municipal na Constituição de 1934 e denominado IPTU apenas na Constituição de 1946.

De lá para cá, muita coisa mudou, e devido à atual necessidade de ampliação da arrecadação do Rio de Janeiro, foi apresentado o Projeto de Lei – PL nº 268/2017 – trazendo mudanças no cálculo do imposto que resultarão em uma maior receita (ou não) a partir de 2018.

Nesta edição o FPO traz um panorama de como se dá a tributação atualmente, as reformas contidas no Projeto e as suas principais consequências.

Panorama do IPTU

O IPTU representa em média 24% das receitas tributárias (no período de 2007 e 2016). Além disso, ele é um meio de instalar um projeto de cidade, o que nos permite ver nesse imposto uma forma do poder público promover a justiça fiscal e fazer cumprir a função social da propriedade, tornando a cidade mais igualitária.

No Rio, o cálculo do IPTU é feito baseado no valor venal dos imóveis, em fatores de qualidade (área, região, posição, utilização do imóvel) e em uma alíquota pré-determinada, que é dividida

entre inscrições residenciais, não residenciais e territoriais. O valor venal é obtido através do produto entre o valor unitário da Planta Genérica de Valores (PGV) do município, a área construída e os fatores de ajustes. Outro fator que também pode entrar no cálculo são os descontos fixos estabelecidos conforme o valor do imposto.

No entanto, a PGV está desatualizada há 20 anos e sua atualização depende do Legislativo. Esse atraso na revisão dos valores da PGV contribuiu para que o peso da arrecadação caísse um terço em 16 anos. Assim, há o aumento da vulnerabilidade da situação financeira da Prefeitura diante dos ciclos econômicos. Além disso, tal defasagem dificulta que qualquer aumento nas alíquotas cresça o valor do imposto, tornando isentos imóveis dos segmentos territorial e residencial devido ao baixo valor. Segundo a Prefeitura, 40% dos imóveis são isentos.

Há também outra questão que

influencia no valor hoje arrecadado: as Unidades Autônomas Populares (UAPs). De uso estritamente residencial, área de até 100 m² e com valor venal que não seja superior a R\$ 64.000,00 na PGV, as UAPs têm redução de 40% do seu valor venal e do valor da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCL).

Em 2014, houve o Projeto Atualiza, uma iniciativa do ex-prefeito Eduardo Paes para renovar o cadastro dos imóveis, que foi considerado um passo inicial para a revisão da Planta Genérica de Valores. No total, cerca de 100 mil imóveis foram afetados, gerando um aumento de R\$285 milhões, advindos da cobrança extra. Entretanto, o projeto encontrou uma série de enclaves, como a cobrança retroativa da TCL, que precisam ser encarados antes de dar prosseguimento à atualização.

Na última década a receita orçamentária do município teve um aumento de 70%, ou seja, cerca de R\$ 12 bilhões, que foi acompa-

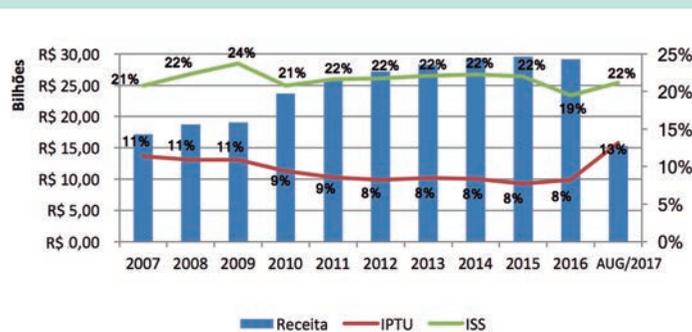
nhado por um crescimento da arrecadação tributária: o ISS cresceu 59% e o IPTU 22%. Todavia, durante esse período, é possível notar que enquanto o peso do ISS aumentou, o do IPTU diminuiu de 11% em 2007 para 8% em 2016, refletindo assim o atraso na base de cálculo desse tributo, como mostra o gráfico 1.

Ademais, essa queda da representação do IPTU na receita nos permite observar a tendência à estagnação na arrecadação desse tributo, que no período analisado apresentou baixas taxas de variação anual, em média 2,33%, enquanto a receita aumentava a uma taxa anual média de 6,3%. Entretanto, verifica-se que o aumento não foi capaz de compensar a crescente defasagem do valor venal e assim nota-se que, apesar de ser um imposto essencial para arrecadação municipal, o IPTU vem sendo negligenciado pelo poder público.

Projeto IPTU 2018

A fim de reestruturar o cenário atual no âmbito do valor que hoje é arrecadado, o Projeto de Lei apresentado à Câmara pela Prefeitura traz mudanças significativas no cálculo do imposto. Ao prever um reajuste de até 60% em valores de imóveis, o município pretende fracionar ao longo de dois anos os novos tributos para suavizar o impacto no bolso dos contribuintes. Alegando que os valores da PGV estão atualizados apenas monetariamente e, portanto, não contemplam a evolução ocorrida no mercado imobiliário carioca, a proposta

Gráfico 1: Peso do IPTU x Peso do ISS na Receita Total



Fonte: Prestação de Contas 2007-2016 e Rio Transparente 2017. Valores deflacionados para o IPCA de junho de 2017.

apresenta os seguintes pontos:

- Redução das alíquotas únicas que incidem sobre os imóveis residenciais, não residenciais e territoriais, respectivamente: de 1,2% para 1%; de 2,8% para 2,5% e de 3,5% para 3%.
- Adequação de descontos que reduzirá o impacto financeiro: no caso dos imóveis residenciais, eles podem chegar a 60%, se o imposto a pagar for de até R\$ 800,00. A redução cai para 40%, se o imóvel tiver imposto de até R\$ 1.200,00, e para 20%, para imposto de até R\$ 1.600,00. Acima desse valor, não há reduções. Para as unidades não residenciais, o desconto proposto é de R\$ 600,00 se o imposto for de até R\$ 5.000,00. E, para os terrenos com IPTU de até R\$ 3.000,00 o contribuinte tem redução de R\$ 1.000,00.
- Revogação da sistemática de UAPs.
- Simplificação das Tabelas de Tipologia.
- Atualização da Planta Genérica de Valores.
- Implantação dos descontos progressivos para imóveis residenciais com Valor Venal até R\$ 160.000,00.

*Permanece inalterada a regra que, para um proprietário receber a guia, o valor do seu IPTU somado à TCL deve ser maior do que R\$ 96,00.

Os objetivos da proposta são o aumento da base de contribuintes do IPTU, uma tributação mais justa e isonômica e o incremento na arrecadação tributária. Será que estes objetivos serão alcançados?

Impactos da reforma

Analisando os dados apresentados no quadro 1 sobre a situação das guias divididas por Áreas de Planejamento (APs), encontram-se dis-

Quadro 1 - Variação das guias para atuais e novos contribuintes, em %, por AP:

AP	Valor médio das guias em 2017 (R\$)	Valor médio das guias em 2018 (R\$)	Variação	Alíquota efetiva média em relação ao valor de mercado (%)	Inscrições residenciais que passarão a receber guia de IPTU e/ou TCL em 2018	Valor médio das NOVAS guias (R\$)
AP-1	R\$ 287,00	R\$ 488,00	70%	0,17%	5	R\$ 315,00
AP-2	R\$ 1.698,00	R\$ 2.513,00	48%	0,23%	87	R\$ 286,00
AP-3	R\$ 530,00	R\$ 752,00	42%	0,21%	46.877	R\$ 387,00
AP-4	R\$ 2.089,00	R\$ 2.488,00	19%	0,29%	23	R\$ 287,00
AP-5	R\$ 826,00	R\$ 1.222,00	48%	0,19%	26.177	R\$ 329,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.402,00	R\$ 1.911,00	48%	0,24%	73.169	R\$ 366,00

Fonte: Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda para a CMRJ.

crepâncias significativas. A respeito das quantias, a maior variação entre o valor médio das guias se deu na AP-1, enquanto a menor variação se deu na AP-4. Já as outras regiões, obtiveram variações semelhantes e de acordo com a média total. Vale ressaltar que a AP-4 e AP-2 já possuíam os valores de guia e alíquota efetiva em relação ao valor de mercado mais altos da cidade, e a mudança na cobrança do IPTU não altera a posição dessas áreas.

Na questão de novas guias a serem recebidas, se destacam as AP-3 e AP-5. Nas áreas mencionadas, muitos imóveis eram isentos de IPTU e suas TCLs representavam valores abaixo de R\$ 96,00, o que os dispensavam do recebimento das mesmas. Assim, somente nessas duas áreas, estará localizado quase o montante total de novas guias, junto aos maiores valores médios a serem pagos por quem passará a recebê-las. Tal fato configura um cenário no qual o aumento da arrecadação será dado, em grande parte, à custa dos bairros pertencentes a essas regiões.

Ao observarmos a situação, após a reforma, de imóveis que não eram considerados UAPs, percebe-se que o aumento do valor médio da guia será em média 31%. Nesse ponto, o destaque é para os residenciais até R\$ 50.000,00 – nos quais a maioria esteve isenta até 2017 – que apre-

sentam um aumento de 75%. No mais, é relevante o caráter decrescente da variação do valor, em que quanto mais valioso o imóvel, menor o impacto que a reforma terá sobre a quantia a ser paga, como pode ser visto no quadro 2.

Já a mudança para os imóveis enquadrados como o UAPs é mais significativa. Tais imóveis residenciais, além de sofrerem com a elevação do valor venal, perderão os 40% de desconto que recebiam por serem UAPs. Assim, juntando estes dois fatores ao fim do desconto fixo, muitos proprietários que eram isentos de pagar o IPTU

e só arcavam com a TCL passarão a pagar o imposto normalmente, com grandes alterações em suas obrigações tributárias.

Conforme observado no quadro 3, os imóveis com valor venal de até R\$ 30.000,00 sofrerão com um aumento semelhante aos residenciais não enquadrados nas UAPs, visto que grande parte continuará isenta do pagamento. No entanto, proprietários de imóveis com valor venal a partir de R\$ 30.000,00 receberão suas guias com uma elevação muito significativa, com destaque para os acima de R\$ 50.000,00, que apresentam

Quadro 2 - Variação das guias para residenciais que não são UAPs, em %, por Faixa de Valor Venal:

Faixa de Valor Venal em 2017	Valor médio da guia de IPTU + TCL em 2017 (R\$)	Valor médio da guia de IPTU + TCL em 2018 (R\$)	Variação 2017-2018	Alíquota efetiva média (%) (**)
Até R\$ 50.000 (*)	R\$ 224,00	R\$ 391,00	75%	0,14%
De R\$ 50.000 até R\$ 80.000	R\$ 652,00	R\$ 883,00	35%	0,20%
De R\$ 80.000 até R\$ 100.000	R\$ 951,00	R\$ 1.350,00	42%	0,24%
De R\$ 100.000 até R\$ 150.000	R\$ 1.383,00	R\$ 2.044,00	48%	0,27%
De R\$ 150.000 até R\$ 200.000	R\$ 2.011,00	R\$ 2.847,00	42%	0,28%
De R\$ 200.000 até R\$ 300.000	R\$ 2.877,00	R\$ 3.785,00	32%	0,29%
De R\$ 300.000 até R\$ 400.000	R\$ 4.114,00	R\$ 5.152,00	25%	0,29%
De R\$ 400.000 até R\$ 500.000	R\$ 5.342,00	R\$ 6.581,00	23%	0,30%
De R\$ 500.000 até R\$ 700.000	R\$ 7.077,00	R\$ 8.727,00	23%	0,31%
De R\$ 700.000 até R\$ 1.000.000	R\$ 10.434,00	R\$ 12.021,00	15%	0,32%
Acima de R\$ 1.000.000	R\$ 20.633,00	R\$ 23.358,00	13%	0,34%
TOTAL	R\$ 2.126,00	R\$ 2.782,00	31%	0,25%

Fonte: Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda para a CMRJ.

(*) O valor médio das guias na primeira faixa considera somente as inscrições com lançamento em 2018.

(**) Resultado da divisão do valor médio da guia de 2018 pelo valor médio de mercado atualizado dos imóveis.

uma variação média de 283% em relação ao momento anterior a reforma. Isto se dá, pois com o ajuste da PGV, a grande maioria desses imóveis – muitos localizados na Zona Sul e na Grande Tijuca – deixará de ser isenta do IPTU, além de perder o benefício de UAP.

Em relação ao fim das UAPs, observa-se que esta medida não leva somente ao aumento do valor arrecadado por imóvel, mas também gera um aumento exponencial do número de contribuintes. A partir da atualização da PGV, muitos apartamentos com menos de 100 m² e com valor venal até R\$ 64.000,00 perderão o benefício de isenção, assim entrando no grupo de novos contribuintes.

O bairro de Copacabana é o maior destaque, devido à grande quantidade de pequenos apartamentos que possuíam valores venais muito defasados em relação ao preço de mercado. Os outros bairros que se destacam no mapa 1 também obtiveram valorização imobiliária ao longo do tempo, mas nunca receberam ajustes compatíveis com seus valores de mercado e, assim, custearão boa parte da nova arrecadação do município. Ressalta-se que muitos destes novos contribuintes já recebiam guia, visto que suas TCLs eram maiores do que R\$ 96,00, o que explica a diferença perante o quadro 1.

Vale ressaltar que tais dados podem ainda apresentar mudanças de acordo com as emendas propostas pelo Legislativo, como, por exemplo, de isenção de IPTU para imóveis residenciais até R\$ 55.000,00, uma vez que ao fecharmos a edição desta coluna ainda não havia sido concluído o processo de votação das emendas parlamentares.

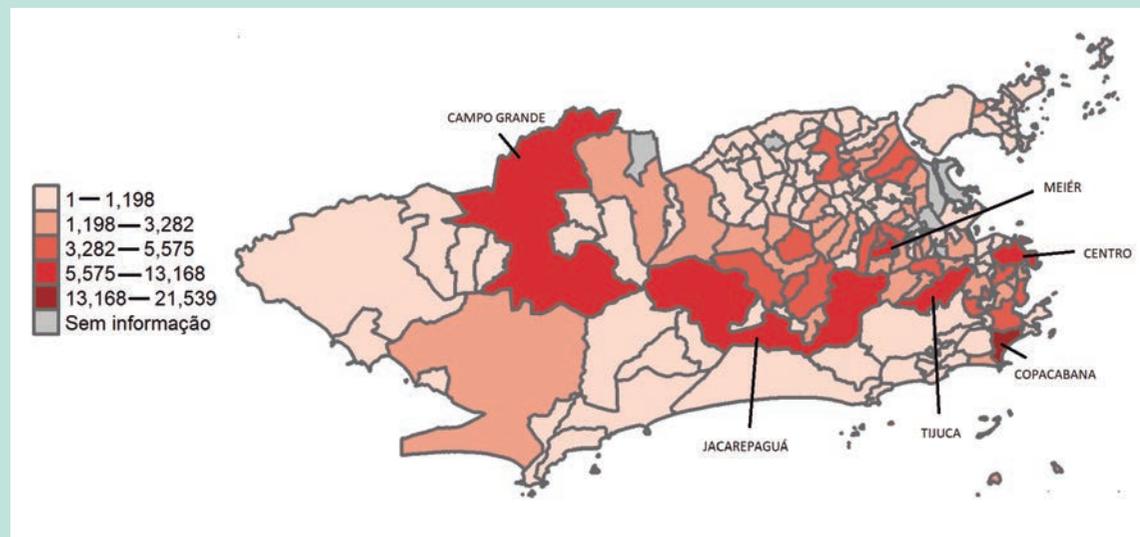
Quadro 3 - Variação das guias para residenciais que são UAPs, em %, por Faixa de Valor Venal:

Faixa de Valor Venal em 2017	Inscrições que não receberam guia em 2017	Inscrições que permanecerão sem guia em 2018	Valor médio da guia de IPTU + TCL em 2017 (R\$) (*)	Valor médio da guia de IPTU + TCL em 2018 (R\$) (*)	Variação 2017-2018
Até R\$ 10.000	108.190	108.186	R\$ 148,00	R\$ 172,00	16%
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	189.821	189.773	R\$ 160,00	R\$ 189,00	18%
De R\$ 20.000 até R\$ 30.000	136.014	133.621	R\$ 164,00	R\$ 227,00	38%
De R\$ 30.000 até R\$ 40.000	67.791	39.218	R\$ 166,00	R\$ 361,00	117%
De R\$ 40.000 até R\$ 50.000	28.088	1.501	R\$ 179,00	R\$ 564,00	215%
De R\$ 50.000 até R\$ 64.000	11.251	316	R\$ 191,00	R\$ 732,00	283%
TOTAL	541.155	472.615	R\$ 173,00	R\$ 439,00	154%

Fonte: Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda para a CMRJ.

(*) O valor médio das guias considera somente as inscrições com lançamento em 2018.

Mapa 1 - Novos contribuintes com lançamento de IPTU



Fonte: Estudo realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda para a CMRJ.

Considerações finais

O IPTU, por ser um imposto direto, incidente sobre o patrimônio do contribuinte, deveria cobrar alíquotas proporcionais aos níveis de acumulação de riqueza. Assim, concordamos que a atualização da PGV era necessária e que o fim das UAPs retirou a isenção de muitos proprietários em bairros nobres. No entanto, percebemos que a alteração proposta não retira o caráter regressivo do IPTU.

Afinal, a alíquota utilizada em seu cálculo continua apenas dividida entre inscrições residenciais, não residenciais e territoriais, não diferenciando a capacidade contributiva entre as classes sociais. Pior: o maior impacto na busca por mais recursos financeiros será sofrido pelas famílias detentoras dos imóveis menos valiosos, enquanto os imóveis mais valiosos obtêm uma pequena variação no valor de seus tributos. A rigor, a conta da crise

econômica, principal responsável pela queda na arrecadação, tenta-se “cobrir” à custa de cidadãos das classes menos favorecidas.

Ao tirarmos tais conclusões sobre os impactos quantitativos nos bolsos dos cidadãos cariocas, é possível estimar que o projeto não caminha em direção a uma cidade mais igualitária. Pelo contrário, parece aprofundar os problemas sociais já existentes, sem rupturas na atual desigualdade social.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse: www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj

Coordenação: Luiz Mario Behnken e Bruno Lopes. Assistentes: Est. Bruno Lins, Est. Hellen Machado e Est. Thamyris Meirellis.

Esta edição contou com a colaboração do Prof. Steven Dutt-Ross (UNIRIO) na elaboração dos mapas em linguagem de programação “R”.